

Entre a dignidade e o crescimento

Especialistas mostram a necessidade de se integrar o anseio individual e os interesses do País nas novas políticas sociais

Um elo entre a educação, a ferramenta indispensável em qualquer estratégia social, e o crescimento econômico. Mas com foco no crescimento também social, o mais necessário ao progresso humano. Achar a peça que integre a dignidade individual e o desenvolvimento do País é a base da discussão sobre uma nova política social. A questão foi a principal na mesa redonda Mudanças de Paradigmas no Combate à Pobreza, promovida pelo **Jornal do Brasil** com o apoio do GDF, que trouxe ao centro dos debates os programas de transferência de renda e a contrapartida no Distrito Federal.

Para a secretária de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, Maria Helena de Castro, "só

educação ou só crescimento econômico não resolvem a questão. É preciso pensar em uma política que una esses setores e que priorize o investimento em capital social". Coordenador da Agência de Educação para o Desenvolvimento, Augusto Franco mapeou as mudanças necessárias no conceito de política social.

"No Brasil, 90% das ações de combate à pobreza mantêm, reproduzem e alimentam a própria pobreza. O Estado não pode ser um mero ofertante, apenas transferindo renda quando identifica um foco de carência na população", opina.

Tutela – Professor da Universidade de Brasília, Vicente Faleiros descreveu um Brasil onde se vive entre avanços e crises nas políticas de combate à pobreza e à fome.

"Política social não é tutela de pobre. A pobreza deixou de ser uma referência secundária e

tornou-se um problema estratégico – um novo conceito que tem no desemprego o aspecto mais crítico" afirma.

"O modelo europeu deu certo porque havia pleno emprego e a margem de pessoas atendidas pelo Estado era pequena. Em todo o País – acrescenta –, a demanda por trabalho e melhores condições repercute em cidades como Brasília, onde 10% da população é flutuante, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral", explica.

Para Faleiros, o cenário global revela a falência do modelo de mercado, que por si só resolveria a pobreza.

"O fator chave para o alívio da miséria é o incremento de ativos para pobres, de ações distributivas, como o

microcrédito". Faleiros elogiou o foco dado pelo GDF aos programas locais e destacou o fato de não se expurgar o Entorno desse processo.

Realidade – A educação tem sido um canal do Estado

com a massa crítica, e está na agenda de responsabilidade social das grandes empresas e organizações. Essa questão pontual foi levada ao debate por Eliana Moyses Ferrari, da Secretaria de Educação. Augusto Franco enfatizou,

entretanto, que "a educação não leva ao desenvolvimento social de maneira automática, embora seja uma condição fundamental. A consciência média acredita que a educação faz qualquer milagre. Incentivar a comunidade a cuidar de suas próprias crianças é mais interessante

Não fosse a contrapartida, não teríamos alfabetizado tanto

Maria da Guia Cruz
Secretaria de
Solidariedade

que mostrá-las como vitrine das ações sociais das empresas", crítica.

Para Gustavo Ribeiro, secretário de Ação Social do Distrito Federal, há uma certa dificuldade em levar o discurso acadêmico para a realidade de comunidades carentes, como Ceilândia. Ali, a última pesquisa realizada pelo GDF mostrou que 90% das famílias são mantidas com recursos obtidos pelo esforço de mulheres que trabalham até dez horas por dia.

"Acho difícil levar esse discurso acadêmico para a prática, e para que se obtenham resultados práticos", comenta.

TRÊS FORMAS DE AGIR *

Anos 70 – Nesse período, a ação social resume-se à intervenção centralizada do Estado, onde os benefícios são uma espécie de concessão do poder, sensibilizado pela situação geral, e não um direito do cidadão.

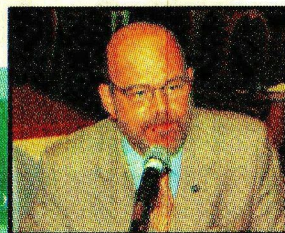
Anos 80 – Ocorre uma reação a esse modelo, resultando em uma estratégia de descentralização na qual busca-se a desvinculação dos recursos públicos. Passa-se a combater e a evitar, gradativamente, o que se convencionou chamar de opções clientelista e assistencialista, consideradas eliminadoras do capital social. A eficácia dos programas começa a constar como uma preocupação estratégica.

Anos 90 – Na terceira geração, o Estado passa a ser entendido tanto como necessário como insuficiente. Surge a busca pelas parcerias com o mercado e a sociedade civil. É preciso extrair sinergias dessa relação. As políticas públicas deixam de ser sinônimo de política governamental.

* Fonte: Augusto Franco, da Agência de Educação para o Desenvolvimento

Augusto Franco,

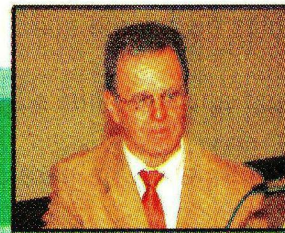
COORDENADOR DA AGÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO



"No Brasil, não cola a idéia que o desenvolvimento econômico vai puxar o desenvolvimento social. Percebe-se que a política social é estratégica para o desenvolvimento econômico e não uma política auxiliar. Essa geração deveria florescer agora, nos primeiros anos do Terceiro Milênio. Mas a partir de 2003, passamos a assistir a um retrocesso. As ações são setoriais e freqüentemente competem entre si"

Vicente Faleiros,

PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



"O Brasil é o país com o maior número de tentativas de desenvolvimento social. A participação popular tem de ser trabalhada a partir do interesse da comunidade. Por isso, acredito que é possível trabalhar formas novas de inserção da população na formulação de respostas e soluções para os problemas da comunidade"

Maria Helena Guimarães,

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



"No momento, buscamos elaborar programas sociais que resolvam os problemas e as carências mais emergenciais das comunidades e também a capacitação e a inserção social no mercado de trabalho. Estamos construindo a estrada; 89% das pessoas que passaram pelas oficinas de qualificação profissional são mulheres"